RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.161 - SP (2015/0215231-8)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE	:	JOSE RODRIGUES
ADVOGADO	:	MARIO RICARDO MORETI - SP253386
RECORRIDO	:	OMNI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADO	:	LIDIANY OLIVEIRA VILELA E OUTRO(S) - SP184136

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 23 DA LEI N. 8.906/94. LEGITIMIDADE CONCORRENTE. RECURSO EM NOME DA PARTE QUE LITIGA SOB O PÁLIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DESERÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Consta dos autos que JOSÉ RODRIGUES (JOSÉ) propôs ação cautelar de exibição de documentos contra OMNI S.A. CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (OMNI), objetivando a obtenção do contrato de financiamento nº 30/00012071304-8 para a análise de suas cláusulas e protestando pelos benefícios da Justiça Gratuita.

O Juízo de piso extinguiu o processo sem resolução do mérito, com base no art. 267, VI, do CPC/73 (e-STJ, fls. 72/74).

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação interposto por JOSÉ em acórdão assim ementado:

> *Justiça gratuita. Direito personalíssimo, que não se estende a quem não ostenta hipossuficiência declarada. Inadmissibilidade prevista no art. 10 da Lei nº 1.060/50. Parte que, invocando os efeitos da gratuidade judicial que lhe foi concedida individualmente, defende em apelação o interesse do advogado para arbitramento de sua remuneração processual. Violação expressa do dispositivo legal que rege a matéria, vedada a transferência de direitos personalíssimos até para herdeiros ou sucessores do beneficiário, sem prova de que necessitam do favor legal. Precedentes da jurisprudência pátria. Situação equivalente à pretensão do advogado que reclama prioridade para a defesa de seus honorários, fundando-se no benefício da Lei do Idoso, concedido exclusivamente ao cliente. Apelação não conhecida por falta de preparo* (e-STJ, fl. 108)

Irresignado, MILTON interpôs recurso especial, com base nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de divergência jurisprudencial, contrariedade ao art. 23 da Lei nº 8.906/94 do Estatuto do Advogado, sob o argumento de que a parte tem legitimidade e interesse para interpor recurso visando a fixação de honorários advocatícios e sendo ela beneficiária da gratuidade de justiça, não há falar em deserção (e-STJ, fls. 117/137).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 141/144).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ, fls. 154/156).

É o relatório.

DECIDO**.**

O recurso merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

> *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a parte possui legitimidade concorrente para recorrer da decisão que fixa os honorários sucumbenciais, a despeito de a referida verba constituir direito autônomo do advogado, inocorrendo deserção, se ela litiga sob o pálio da gratuidade da justiça.

A propósito, confiram-se os seguintes julgados:

> *PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MITIGAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA Nº 7. VALOR IRRISÓRIO. EQUIDADE. MAJORAÇÃO. DESERÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*
> *[…]*
> ***2. A parte possui legitimidade concorrente para recorrer da decisão que fixa os honorários sucumbenciais, a despeito de referida verba constituir direito autônomo do advogado, inocorrendo deserção se ela litiga sob o pálio da gratuidade da justiça.***

3. Agravo regimental não provido.
(AgRg no REsp 1.466.005/SP, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 17/9/2015, DJe 29/9/2015 – sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 23 DA LEI N. 8.906/1994. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.
1. A verba relativa à sucumbência, a despeito de constituir direito autônomo do advogado, não exclui a legitimidade concorrente da parte para discuti-la. Precedentes.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg no AREsp 637.405/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 19/3/2015, DJe 26/3/2015 – sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTS. 22 E 23 DA LEI N. 8.906/94. LEGITIMIDADE CONCORRENTE. RECURSO EM NOME DA PARTE QUE LITIGA SOB O PÁLIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DESERÇÃO. INOCORRÊNCIA.
1. Hipótese em que a causídica, interpondo recurso de apelação em nome dos exequentes, o qual versava unicamente sobre honorários advocatícios, deixa de recolher o preparo, em razão desses litigarem sob o pálio da gratuidade da justiça, porém o recurso é considerado deserto, em razão do entendimento da Corte Estadual de que a advogada não pode se servir da gratuidade da justiça concedida aos exequentes.
2. Sabe-se que os honorários, contratuais e de sucumbência, constituem direito autônomo do advogado, que não pode ser confundido com o direito da parte, tal como dispõe a Lei n. 8.906/94 (cf. AgRg no REsp 1221726/MA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/05/2013).
3. A despeito de a verba relativa à sucumbência constituir direito autônomo do advogado, não se exclui da parte a legitimidade concorrente para discuti-la, ante a* ratio essendi *do art. 23 da Lei nº 8.906/94 (cf. REsp 828300/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/04/2008).
4. Não tendo agido a advogada em nome próprio, não há falar em deserção quando o litigante está abrigado pela gratuidade da Justiça.
5. Agravo regimental não provido.
(AgRg no REsp nº 1.378.162/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, j. 4/2/2014, DJe 10/2/2014 - sem destaques no original)

No mesmo sentido, as seguintes decisões monocráticas: REsp nº

1.559.761/MG, Quarta Turma, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, j. 26/11/2018, DJe 4/12/2018; e, REsp nº 1.665.802/SC, Terceira Turma, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, j. 15/5/2018, DJe 4/6/2018.

Assim, entendendo o Tribunal *a quo* pela necessidade de realização do preparo, apesar de o recurso ter sido interposto pela parte beneficiária da justiça gratuita e por seu procurador dativo, tem-se que o acórdão recorrido destoou da jurisprudência desta Corte, merecendo, portanto, reforma.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para afastar a necessidade de preparo e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 18 de junho de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator